

Nacionalismo no bronze: o monumento equestre de Bento Gonçalves nas comemorações do Centenário Farroupilha em 1935, Porto Alegre – RS**Antônio Manoel ELÍBIO JUNIOR*****Leonardo de Santos NASCIMENTO****

Resumo: O artigo discute as articulações políticas do Governador José Antônio Flores da Cunha, durante as comemorações do Centenário Farroupilha, em Porto Alegre-RS, em 1935. Flores da Cunha, ao promover as festividades, engendra uma tentativa de construção de uma memória republicana e federalista do Rio Grande do Sul, a partir do “herói farroupilha” Bento Gonçalves. Portanto, como corolário desse certame, o monumento equestre de Bento Gonçalves deveria sensibilizar o presente e invocar o passado tornando-o memorável.

Palavras-chaves: Nacionalismo. Monumento. Identidade Nacional.

Nationalism in bronze: the equestrian monument of Bento Gonçalves in the Celebrations of the *Farroupilha* Centenary in 1935, Porto Alegre (RS)

Abstract: The article discusses the political articulations of Governor José Antônio Flores da Cunha during the celebrations of the *Farroupilha* Centenary in Porto Alegre, Rio Grande do Sul state, in 1935. Flores da Cunha, in promoting the festivities, engenders an attempt to build a republican and federalist memory of Rio Grande do Sul, from the “*farroupilha* hero” Bento Gonçalves. Therefore, as a corollary to this event, the equestrian monument of Bento Gonçalves should sensitize the present and invoke the past, making it memorable.

Keywords: Nationalism. Monument. National Identity.

1. O sentido da festa centenária

As comemorações do Centenário Farroupilha em Porto Alegre-RS, em 1935, buscavam, segundo seus organizadores, consagrar os acontecimentos da “gloriosa data”

*Doutor em História Social – Professor Adjunto 2 do Departamento de Ciências Sociais-Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Rio Tinto, Brasil. Av. Santa Elisabete, s/n, Centro/CEP 58297-000/Rio Tinto-PB. E-mail: tonyelibio@hotmail.com

**Doutor em Design – Professor Adjunto 2 do Departamento de Design-Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Rio Tinto, Brasil. Av. Santa Elisabete, s/n, Centro/CEP 58297-000/Rio Tinto-PB. E-mail: datrinta@gmail.com

por meio do “ardor cívico” e “espiritual” das festividades. As “sombras do obscurantismo” seriam ultrapassadas com o progresso visualizado nos pavilhões construídos para a exposição (A FESTA...1935, p. 2). De acordo com Helenice Rodrigues da Silva, comemorar significa reviver de forma coletiva a memória de um acontecimento considerado como ato fundador, a sacralização dos grandes valores e ideais comuns de uma comunidade. No processo constitutivo das comemorações, a distância do acontecimento passado é relativizada pela sua aproximação com o presente histórico. Em outros termos, o acontecimento passado penetra nas questões do presente, abolindo o tempo e a distância. Nesse sentido, como aponta Helenice Rodrigues, a comemoração de 1935 tem por objetivo demonstrar que o acontecimento rememorado, por possuir valor simbólico, deveria se reportar ao devir. (SILVA, 2003, p. 23).

Com base nas observações de Helenice Rodrigues, podemos afirmar que, por meio da realização das solenidades no Parque de Exposições do Centenário Farroupilha, o Governador do Rio Grande do Sul, José Antonio Flores da Cunha, acreditava “[...]garantir um futuro luminoso, fecundo, sadio e feliz [...]” em contraposição ao passado “[...] marcado com sangue e dor [...]” (CUNHA, 1935, p. 4). As comemorações tinham, então, o propósito de impedir o esquecimento dos “[...]heróis de 35 que são um manancial cheios de ensinamentos, cheios de lições de heroísmo e bravura [...]” (HERÓIS..., 1935, p. 4). Para os organizadores das festividades, também o presente deveria tornar-se “algo memorável”. Os fogos de artifício, os atos solenes, as inaugurações, que alcançaram “[...]brilhantismo maior do que todas já levadas a efeito [...]” deveriam ser “[...]guardadas na lembrança por muitos anos” (HERÓIS..., 1935, p. 5). Nesse sentido, as comemorações – enquanto objeto de interesses políticos e ideológicos e como processo de “rememoração social” – teriam a função de impedir o esquecimento.

As comemorações do centenário em 1935, ao “rememorar” a Revolução Farroupilha, reportava-se ao devir, imprimindo na memória histórica símbolos da sua existência. Os organizadores do centenário, ao buscar uma reapropriação do acontecimento passado, projetavam-no em direção ao futuro, acreditando garantir “com êxito” a “[...] recordação do certame maior da América.” (O CENTENÁRIO..., 1936, p. 6). Para Mona Ozouf não existe festa sem reminiscência, repetição do passado e prenúncio do futuro. A festa, para ela, suscita a simulação do futuro, se aproxima deste e estabelece correspondências de um tempo remoto com o tempo presente (OZOUF, 1989, p. 220). Cada um daqueles que participam da festa espera que ela ensine a respeito do passado comemorado. No entanto, diferente de uma festa que se repete anualmente e que renova constantemente o passado, a “festa centenária” é singular, deve estabelecer marcos para a posteridade. As festas que se sucedem, ainda que marquem diferenças e apesar das intenções distintas dos

organizadores, devem assegurar a invariabilidade e a repetição. Encarregada de fazer triunfar uma significação histórica particular, a festa do centenário deveria assegurar, no futuro, a prosperidade do presente. Encerradas as comemorações, os organizadores acreditavam que a festa “[...] assinalou fulgurantemente, a expansão e o progresso do Rio Grande do Sul no transcurso de um século.” (O CENTENÁRIO..., 1936, p. 3).

A festa, mesmo apoiada em espetáculo e dramaticidade, destina-se a provocar a recordação do passado e marcar o tempo presente. No momento das comemorações, os discursos pronunciados, sobretudo quando da inauguração dos marcos festivos como pórticos, pavilhões, estátuas e obeliscos, deveriam precisar o alcance futuro do tema comemorado, limitando, desta forma, o desvio da interpretação. Cartazes, bandeiras, cortejos cívicos, hinos, aclamações e concertos musicais deveriam provocar, no coração do participante, sentimentos de exultação e emotividade. A decoração do local da festa, ainda que visualize o mote festejado, é pouco confiante em sua pedagogia tácita, como afirma Mona Ozouf (1989, p. 220). Antes, necessita de palavras para estabelecer sua adequação à cerimônia, daí os empolgados discursos no momento de cada uma das inaugurações e a transcrição destes nas páginas dos jornais e na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS), garantindo, ao cessar da festa, a sobrevivência do evento (CONNERTON, 1993, p.113).

2. Os significados políticos da festa centenária

A montagem dos pavilhões iluminados, dos pórticos monumentais e dos estandes de exposições significava um acontecimento ritualizado, que provocava e buscava se valer de uma economia afetiva que envolvesse e atravessasse aqueles que participassem das solenidades (SOUZA 1999, p. 112). As festividades comemorativas do Centenário Farroupilha, além de demonstrarem o “[...]crescimento industrial e econômico do Rio Grande do Sul[...],” deveriam tornar visível a força e a liderança política do governador Flores da Cunha. A festa centenária procurou “[...] evidenciar a verdade sobre os intuítos que levaram [...] os farroupilhas [...] de uma idealidade superior, pela Pátria e pela nacionalidade, a terçar, em duras refregas de dez anos, as suas armas invencíveis, manejadas com bravura e nobreza de sentimentos.” (DUARTE, 1935, p. 17). O estatuto que Flores pretendia conferir à festa era o de “comunhão brasileira”, de “integração plena à grande família nacional”. Para ele, não se tratava de um “particularismo febril” ou de um “regionalismo arrogante”, mas de uma “profunda consciência fraterna de brasilidade e civismo”.¹

A suntuosidade da festa e das edificações deveria se equivaler à história do Estado, assegurando ao futuro emblemas e marcos do acontecimento.² Neste sentido, a

reformulação urbana que se projetava na cidade, tanto na várzea da Redenção, quanto em outros espaços como nas avenidas e nas praças, visava presentificar o passado e torná-lo inesquecível.³ Ao inscrever na paisagem urbana os pavilhões de exposição para o Centenário Farroupilha, o governo de Flores da Cunha transformava um cenário “agreste” em discurso histórico, expressão da concepção de passado que deveria ser sacralizado (KNAUSS, 1998, p. 18).

O antigo campo da Redenção, a várzea dos tempos idos, pantanosa e inculta, acha-se transformada numa colméia de trabalho febril, exercida por centenas de trabalhadores voltados ao esforço notável de fazerem surgir daquele terreno agreste, os elegantes pavilhões que, dentro de um mês, irão assombrar pela variedade de cores e a orgia de luzes. (A VÁRZEA..., 1935, p. 6).

A “[...] iluminação feérica, profusamente distribuída conforme a técnica moderna, conservando as lâmpadas ocultas com poderosos refletores, também ocultos projetando jorros de luz verticais no espaço [...]” dava a impressão maravilhosa de um “conto de Sherazade” (OS PREPARATIVOS..., 1935, p. 3). Na montagem cênica não poderiam faltar luz e brilho, o que obrigava os organizadores do evento a contratar um “técnico especializado em iluminação” da Light Bureau (RELATÓRIO..., 1936, p. 09). No interior dos pavilhões foram gastos 173 quilowatts-hora, sendo que no Pavilhão das Indústrias do Rio Grande do Sul, ainda durante o dia, a iluminação elétrica era usada, o que permitia, segundo o Comissariado do Centenário, a “[...] obtenção de efeitos especiais na apresentação de mostruários e diversos produtos” (RELATÓRIO..., 1936, p. 09).

Em carta enviada a Getúlio Vargas, em agosto de 1935, Flores afirmava que o “passado” do Rio Grande do Sul, assim como as festividades do Centenário, foi marcado por “capítulos de luz” e glórias. Para ele, o Centenário despontava como um momento para marcar “[...] o esplendor de uma epopéia e todo o calor do sonho do nosso espírito republicano em formação.” Nessa mesma missiva, Flores circunscruvia a Revolução Farroupilha como um “momento de despertar”, de reação “às forças ocultas”, de rompimento às “barreiras invisíveis de um reacionismo conformista e rotineiro”. Conforme assinalou, por meio da sua obra máxima, Flores “[...] fez nascer de sua luz, heróis e mártires, bravos e santos, estadistas e homens de letras[...]” que deveriam ser saudados, lembrados e imortalizados.⁴

Como já afirmamos anteriormente, a organização das festividades foi patrocinada pelo governo estadual por intermédio de um departamento criado especialmente para o evento. No entanto, o prefeito municipal, Alberto Bins, participou efetivamente dos

preparativos das comemorações. Em julho de 1935, o jornal *A Federação* publicava a palestra de Bins e os projetos pretendidos pela prefeitura para a celebração do certame:

O aniversário do maior acontecimento histórico do povo gaúcho atrairá milhares de pessoas a esta capital. A propaganda em torno do assunto está sendo desenvolvida intensamente e alcançando os resultados que se miram. O entusiasmo existente para visitar Porto Alegre em setembro é enorme, não se limitando apenas às fronteiras estaduais. No Rio e em outros estados, do mesmo modo, inúmeras são as pessoas que se preparam para conhecer ou rever a nossa capital em setembro. (BINS, 1935, p. 5).

O prefeito Alberto Bins, desse modo, convocava o Brasil para a celebração em que todos iriam convergir para o Rio Grande do Sul, para comemorar “[...] o aniversário do maior acontecimento histórico do povo gaúcho [...]”, assentando, assim, a resolução dos conflitos que tencionavam as elites regionais com o poder central (BINS, 1935, p. 4).

3. O monumento e a memória de Bento Gonçalves

A “[...] torrencial chuva caída momentos antes de começar a solene inauguração do monumento do General Bento Gonçalves [...]” impediu que o encerramento das festividades do Centenário Farroupilha tivesse a esperada imponência, lamentava o editor do Jornal *A Federação* de 18 de Janeiro de 1936.⁵ Entre aqueles que compareceram ao ato final do “maior certame da América”, uma regular “massa popular e altas autoridades” como o General Parga Rodrigues, comandante da 3ª Região Militar, o Coronel Salvador Obino, o Sr. Othelo Rosa, secretário da Educação e Saúde Pública, o Major Alberto Bins, prefeito de Porto Alegre, o Arcebispo Metropolitano D. João Becker, cônsules do Uruguai, da Alemanha, da Itália, da Holanda e uma comissão do Grêmio Gaúcho (*AS COMEMORAÇÕES...*, 1936, p. 2).

O monumento, encomendado pelo governo estadual, deveria ser visto pelos visitantes e lembrar o motivo da festa, daí sua disposição no largo fronteiro ao pórtico central da Exposição Farroupilha. A instalação do monumento na entrada central dos pavilhões deve-se ao fato de que a centralidade é um foco de energia a partir do qual os vetores se irradiam ao mesmo tempo, atuando concentricamente, equilibrando e harmonizando o peso das formas. Desta maneira, o edifício monumental deveria instaurar a simetria e a harmonia ao conjunto das torres e portões do parque. A estátua “[...] del heroe maximo si se pudiera asi llamar, de la revolucion decenal [...]” (PÉREZ 1938, p. 241) foi esculpida pelo escultor Antonio Caringi, que estudava na Academia de Belas Artes de

Munique, na Alemanha. Em 1938, Carlos Pérez, intelectual uruguaio e sócio correspondente do IHGRS, descrevia o monumento farroupilha como uma “[...] obra de arte perfecta raramente igualada y que no encuentre similar aun en la moderna Alemania.” (PÉREZ, 1938, p. 242) A estátua, coberta com as bandeiras nacional e do Rio Grande do Sul, foi isolada pela Guarda Civil, que restringiu o acesso à base do monumento, junto com as forças da Brigada Militar.

Em telegrama encaminhado a Vargas, em fins de 1935, Flores da Cunha solicitava a isenção dos tributos e taxas de importação para uma “[...] caixa marca C nº 100, pesando 3030 quilos vinda de Hamburgo no vapor Luise Leonard.”⁶ A alfândega de Porto Alegre alegava não poder conceder a isenção em virtude do decreto presidencial nº 24.023 de março de 1934. Não atendido pelo Governo Federal, Flores da Cunha, em 28 de dezembro, envia novo telegrama, solicitando “[...] providências urgentes a fim da inauguração do monumento possa ser feita ainda [...]” naquele ano.⁷ A celeuma quanto à isenção das tarifas de importação causou a prorrogação da inauguração do monumento, estendendo o encerramento das comemorações até dia 16 de janeiro de 1936. Certamente, ao ser postergado o término das festividades, inúmeros contratos de locação dos “stands” devem ter sido revistos, pois, segundo o regulamento da exposição, a previsão para o término das comemorações far-se-ia noventa dias após a inauguração.⁸

O gigantesco monumento, com mais de 10 metros de altura, era inteiramente fiel aos princípios que norteavam as comemorações do centenário. Vários estágios de blocos de granito soldavam-se formando um corpo monumental único. A estrutura de base do monumento é representativa da ideia de conciliação nacional, da sociedade que deveria apagar as cicatrizes das divisões regionais, e submeter-se ao poder central, congregando-se sob uma única aspiração coletiva.

O projeto de erguer uma estátua do herói farroupilha é anterior às festividades do centenário da revolução.⁹ De acordo com o *Jornal da Manhã*, Walter Spalding, em discurso eloquente no Instituto Histórico do Rio Grande do Sul, em 1931, apresentava a ideia afirmando que era preciso a nação reconhecer e enaltecer aquele que foi responsável pelos ideais republicanos no Brasil (SPALDING, 1931, p. 12) Se o IHGRS evocava os heróis nos discursos pronunciados nas sessões solenes e nas páginas da revista oficial da agremiação, o governo estadual deveria se encarregar de levar a termo a proposta de um monumento que inscrevesse, por meio do bronze, a união de “povo e governo”, e, em especial, o “[...] espírito de brasilidade da gente gaúcha”, como afirmava Othelo Rosa, presidente da comissão responsável pela estátua equestre.¹⁰ Assim, dentro desta questão, observamos que a iniciativa de erguer a estátua de Bento Gonçalves demonstrava a intenção de “marcar

simbolicamente” a recordação das festividades do Centenário Farroupilha, por intermédio do personagem representado como fundador do “espírito cívico nacional”.

No relatório das exposições do Centenário Farroupilha, o Comissário do evento, dirigindo-se a Flores da Cunha, destacava que o escultor Antônio Caringi “[...] soube dar ao frio bronze a vida, o titanismo, a grandiosidade [...]”, sintetizando, em Bento Gonçalves, “[...]a alma coletiva do Rio Grande do Sul” (RELATÓRIO..., 1936, p. 08). A estátua do herói apresentava singular semelhança a uma tela pintada no século XIX. Consta, no projeto do monumento, o empréstimo da pintura ao escultor Antonio Caringi. Ainda que guardasse algumas diferenças, sobretudo na expressão facial, em que o herói fora esculpido em traços severos e em avançada idade, certamente, a tela, de autor desconhecido do século XIX, emprestara ao artista um retrato do general.

O retrato, que pertenceu à família de Bento Gonçalves, doado ao Museu Júlio de Castilhos em 1952 pelo intelectual Dario Crespo, figurou como uma das principais atrações do Pavilhão Cultural na Exposição do Centenário Farroupilha. A figura de meio corpo pintada a óleo sobre madeira é retratada em trajes de gala que portavam o mesmo número de comendas na estátua de Caringi, fixadas na casaca azul ferrete. São seis as condecorações que escudam o fardamento do oficial imperial. Quatro insígnias das quais duas são da Ordem do Cruzeiro do Sul e duas da Ordem de Cristo e duas placas também da Ordem do Cruzeiro do Sul e da Ordem de Cristo. Os punhos e o colarinho da casaca debruada com sete botões eram gradinadas com flores e folhas douradas demonstrando sua dignidade e distinção. Além das altas comendas de Sua Majestade Imperial, enfatizando o reconhecimento do herói pelo Estado, chama atenção a fivela dourada do cinto, tendo no centro o escudo do Império, ladeado por duas placas retangulares com as efígies em relevo do Imperador D. Pedro I. Certamente esta recorrência ancorava a figura retratada ao período imperial brasileiro, afastando qualquer possibilidade em desvencilhar o herói de suas condecorações recebidas do próprio Imperador. Nisto consistia a elevação superior de Bento Gonçalves e a evocação dos atributos de pertencimento a uma pátria comum. As mãos com luvas brancas do retratado repousam sobre uma espada, assegurando as habilidades de guerra do militar farroupilha. O fundo do quadro é verde cinabre em dégradé, com moldura esculpida em madeira pintada em dourado.

Quando doada, em 1952, ao Museu Júlio de Castilhos, Dario Crespo afirmava ser o “[...] melhor retrato de Bento Gonçalves [...]”, tendo pertencido sucessivamente ao general farroupilha, ao seu filho Joaquim Gonçalves, à sua neta Celina Gonçalves Barbosa e ao próprio doador, bisneto do retratado. Na carta de doação, Dario Crespo revelava a procedência do quadro, pretendendo estabelecer desta forma a autenticidade do retrato, conferindo ao herói farroupilha sua imagem fidedigna eternizada na superfície de madeira.

Tal argumento de autenticidade, pretendido pelo intelectual, era reafirmado na carta de doação, afinal o próprio retratado teria posado em sua residência na Estância Cristal, no interior do Rio Grande do Sul (CRESPO, 1952, p. 157).

Segundo Crespo, ao receber de Celina Gonçalves Barbosa, já em avançada idade, o quadro de Bento Gonçalves, disse-lhe que a “melhor guarda” a quem se devia confiar o retrato do “glorioso antepassado”, seria ao Museu do Estado Júlio de Castilhos. Crespo acreditava que, com a doação do retrato ao Museu, definitivamente perpetuaria “[...] na memória dos rio-grandenses a figura imortal de Bento Gonçalves [...]”, tornando-o visível para todos os brasileiros, educando-os, por intermédio da imagem, sobre a história pátria.¹¹ Conforme analisou David Lowenthal lembrar o passado é crucial para nosso sentido de identidade. Nesse contexto, para Lowenthal, “[...] nossa continuidade depende inteiramente da memória.” (LOWENTHAL, 1998, p. 67). O monumento equestre de Bento Gonçalves, deveria, assim, criar uma continuidade com o passado, mas também evocar uma sequência de reminiscências envolvidas a uma teia de retrospectção unificadora. Os organizadores das festividades, considerando a análise de Lowenthal, estariam mobilizando lembranças coletivas para sustentar identidades associativas duradouras, baseadas na homenagem póstuma a Bento Gonçalves.

Ao estudar a discussão em torno da construção da estátua equestre de D. Pedro I¹², Maria Eurydice Ribeiro afirma que o projeto de representar, em bronze, a figura do herói da Independência lançava o desafio de eternizar a memória do príncipe e inscrever sua imagem no coração da capital do Império. Segundo Maria Ribeiro, o monumento tornava evidente o que se pretendia representar – a realeza do personagem e a nobreza de sua ação –, pois apenas reis imperadores ou personagens de grande destaque histórico eram lembrados em estátuas equestres (RIBEIRO 1999, p. 119). Tal acepção se aproxima à edificação da estátua de Bento Gonçalves, cuidadosamente colocada na entrada dos pórticos monumentais e inaugurada nas festividades do centenário. O monumento, como assevera Maria Ribeiro:

[...] trouxe a arte para rua, tornando-a acessível a todos. Se embeleza o espaço cumpre também objetivos políticos e didáticos [...]. A comunicação visual estabelecida entre os passantes e o monumento recorre a uma simbologia cívica própria aos monumentos honoríficos, que unem personagem e acontecimento, mas que também se insere em sistema simbólico mais amplo aos quais correspondem valores históricos idealizados. A persistência de determinadas características fazem do monumento uma peça familiar. Independentemente da classe social ou preparo intelectual, o freqüentador da praça ou o simples passante é capaz de

reconhecer no personagem a cavalo a figura do imperador.(RIBEIRO 1999, p. 20).

A estátua de Bento Gonçalves reafirmava, assim, a posição do Rio Grande do Sul nos destinos da nação. A espada na bainha apontava para a reconciliação da Província rebelada contra o Império, demonstrando o caráter nacionalista do movimento. A estátua deveria personificar a “nova ordem” e conduzir o país ao verdadeiro caminho da brasilidade. A história do Estado e da nação, ao ser atualizada nas comemorações, tornava-se efetivamente visível aos passantes. Como observa Paulo Knauss, a escultura, como peça monumental, tem a característica principal de se constituir com base em uma estrutura narrativa, um produto de representação do passado e que ordena uma determinada leitura da história.¹³ Porquanto as inscrições, nas laterais do monumento, estrategicamente narravam uma história linear através dos tempos, estendendo-se do ato fundador (1835) para alcançar a referência que afirmava o estabelecimento do estado do Rio Grande do Sul como “[...] sementeiro do sentimento republicano e cívico [...]”, quando de sua ritualização comemorativa em 1935.¹⁴

O herói farroupilha do “magnífico trabalho” de Caringi foi elegantemente traçado no bronze (O MONUMENTO..., 1936, p. 6). Com cortes ligeiramente arredondados nas extremidades norte e sul, o conjunto contava com traços harmoniosos e geométricos. Incrustados nas laterais foram colocados emblemas metálicos que lembravam as passagens no campo de batalha, auxiliando o espectador para uma efetiva associação do que deveria ser celebrado. Logo abaixo, no pedestal da estátua, lia-se o nome do General em bronze e a data de início da Revolução Farroupilha: 1835. Em uma das laterais da base do monumento, gravou-se o ano das comemorações do centenário, 1935, e noutra 1889, ano da instauração da República Brasileira, numa clara associação de continuidade e relação entre os três eventos. As datas na base do monumento demonstram a intenção de projetar as comemorações do centenário e as “realizações de Flores” como resultado de um empreendimento iniciado no Rio Grande do Sul. Na parte posterior do monumento três incrustações com os seguintes dizeres: “Aos heróis farroupilhas, homenagem da aviação naval [...]”, “Homenagem da Prefeitura aos heróis de 1835” e, finalmente, na lateral esquerda posterior do monumento a frase “A guarnição do couraçado ~Rio Grande do Sul~ ao povo gaúcho simbolizado no seu grande herói farroupilha [...]”.

Nas inscrições em bronze estavam registrados, ainda, os nomes do Prefeito Alberto Bins, de Flores da Cunha e do escultor Antônio Caringi. Desta forma, o monumento retrataria dois momentos sintetizados em um único personagem. O momento “[...] da fundação dos princípios republicanos [...]” – 1835 e o ato de rememoração de 1935. De

acordo com Paulo Knauss, a estrutura de linguagem escultórica se constrói como escultura narrativa ao tratar a história de modo narrativo. Segundo Knauss, os elementos da composição – local escolhido, soco, pedestal ou base, inscrições, insígnias ou alegorias, estátua, dorso ou busto – formam um conjunto que integra elementos que constituem uma estrutura narrativa em torno de um espaço, tempo e personagem de determinada ação, tratada figurativamente por alegorias ou emblemas, qualificando a representação escultórica do fato histórico. Tal estrutura narrativa, composta na peça escultórica, explicita uma operação historiográfica de seleção de elementos a serem recordados e/ou produzindo o “[...] esquecimento de outros elementos do contexto histórico de referência, sustentando a memória construída.” (KNAUSS, 2000, p. 220).

4. A inauguração do monumento

Na solenidade de inauguração do monumento, o Deputado Federal Dario Crespo, “descendente direto” de Bento Gonçalves, subiu à tribuna de honra para pronunciar seu discurso. Para o orador, a república “já era um ideal em marcha” no Rio Grande do Sul, antes mesmo de se debelar a Revolução Farroupilha em 1835. Esse argumento reforçava a ideia de que o Rio Grande do Sul foi o fundador de uma “consciência cívica” revelada e “mobilizada pra a grande luta” de 1835. Tal “consciência coletiva” não permitiria qualquer excesso, como uma separação definitiva do Império Brasileiro. Tocado de um “nobre idealismo”, afirmava o deputado, “pensando e agindo pelo Brasil”, o Rio Grande do Sul desejava, “unido pelos laços federativos e sob o regime republicano”, o desenvolvimento da nação. Para ele, a revolução se justificava, na medida em que se impunham às províncias uma política “compressora de um atrofiante regime centralizador”. Para Crespo, “é forçoso” reconhecer a influência dos homens “sobre o elemento coletivo, sobrepondo-se as massas”, realizando as grandes aspirações.¹⁵

Partindo dessas afirmações, Crespo dizia que a imagem da estátua equestre de Bento Gonçalves confirmava as “aspirações de civismo e nacionalismo” do “povo brasileiro”. Com isso, podemos afirmar que Crespo procurava demonstrar quão exemplar era a figura do general farrapo, não se tratando de um antinacionalista ou um aventureiro qualquer. A formação de um herói nacionalista e republicano processar-se-ia, segundo Crespo, em preceitos de “amor à pátria e à liberdade”.

Dario Crespo, ao aludir em seu pronunciamento à singularidade do herói “[...] que interpretou ideias e desejos profundos de uma coletividade [...]” e que, por esta razão, tornou-se “condutor de uma ação transformadora”, acentuava e concretizava o objetivo do edifício comemorativo. Além disso, o suporte em bronze não somente projetava uma

memória singular acerca da Revolução Farroupilha, como indicava a intenção dos presentes em guardarem, para o Rio Grande do Sul, um lugar especial na memória nacional. Isso se evidencia no discurso do bisneto do herói, ao reconhecer na estátua a consagração de “dois fatos”, a Revolução Farroupilha e as Comemorações do Centenário. A estátua e a figura ali representada em bronze demarcava, definitivamente, o lugar onde havia nascido o “[...] ideal republicano e nacionalista [...]”, assinalando de forma imaginária o ponto, a partir do qual, teria se originado a nação. Afinal, teria sido no campo da Redenção, onde as tropas republicanas, lideradas pelo General Bento Gonçalves, lutaram pela primeira vez contra as forças do Império. A dramaticidade da forma conferida à estátua de Bento Gonçalves deveria possibilitar ao espectador, a possibilidade de recordar os eventos da Revolução Farroupilha e seu lugar na história nacional. A inscrição da imagem do “herói farroupilha”, na entrada principal de acesso aos pavilhões, revelava a intenção do governo estadual em sensibilizar os visitantes, sintetizando a “[...] imensidade da terra que os antepassados desbravaram e fecundaram com o seu suor e o seu sangue [...]” (O MONUMENTO..., 1935, p. 4).

O estratégico posicionamento da figura de Bento Gonçalves, no vértice central do Parque Farroupilha, deveria levar o passante a contemplar a imagem de qualquer ângulo em que se encontrasse. A fina sintonia do projeto monumental abarcaria toda a Várzea da Redenção, constituindo-se numa narrativa interligada. O projeto desse amplo monumento, configurado pelos pórticos monumentais, pelos edifícios-pavilhões, pelo grandioso lago, pela rotunda para concertos musicais, racionalizava e ordenava o espaço ao entorno do monumento equestre.

Sobre o cavalo, avançando no movimento, o herói traz em uma das mãos, as rédeas da montaria e controla firmemente o galope do animal. O uniforme da campanha localiza a situação em que o artista deseja retratar o herói. Os trajes de general em nada lembram os usados pelos farroupilhas, antes demonstram a dignidade e austeridade em que o escultor quer mostrar o retratado. Evocava-se, assim, um sentimento de aclamação à história de civismo e nacionalismo por recuperar e “rememorar” o “herói máximo” da Revolução Farroupilha. Além disso, o sentido de gratidão também foi evocado ao se construir o monumento em homenagem a Bento Gonçalves. Gratidão, como destacou Paulo Knauss, é o enunciado que corresponde ao maior número de edificações monumentais de caráter histórico que pretende, simbolicamente, estabelecer um princípio de agradecimento da sociedade urbana pela ação e vida exemplar de determinados indivíduos, neste caso, o general farrapo Bento Gonçalves (KNAUSS, 1998, p. 20). Segundo Knauss, o monumento, edificado em gratidão a um personagem da história do Estado, lança base para a cumplicidade entre Estado e Sociedade, subordinando os conflitos atinentes à ordem social.

Todavia, o que sobressaía era o enunciado de gratidão que fixava simbolicamente a aliança entre Estado e Sociedade. Em outros termos, a construção da estátua equestre de Bento Gonçalves, encomendada pelo governo de Flores da Cunha, demonstrava a concepção de passado em que se pretendia projetar a posteridade, dirimindo qualquer referência contrária ao “caráter e índole de um povo” (A ESTÁTUA..., 1935, p. 11).

Ao problematizar o conteúdo e a diferença no conjunto das práticas patrimoniais, Françoise Choay afirma que o monumento em si traz à lembrança alguma coisa. A natureza afetiva do seu propósito é essencial, não se tratando de apresentar, de dar uma informação neutra, mas sim de tocar pela emoção, de sensibilizar. Assim o monumento, segundo Choay, pode ser definido como tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou levar outras gerações de pessoas a rememorar acontecimentos. Acrescenta a autora, associando a atuação do monumento sobre a memória:

[...] ele a trabalha e a mobiliza pela mediação da afetividade, de forma que lembre o passado fazendo-o vibrar como se fosse presente. Mas esse passado invocado, convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar. (CHOAY 2001, p. 18).

A insistente preocupação em edificar “marcos” que possam combater a ação dissolvente que o tempo exerce sobre todas as coisas naturais e artificiais está também visível nas inscrições que datam a inauguração do monumento, registradas por seus construtores, seus artífices.¹⁶ Assim, como afirma Choay (2001, p. 19), “[...] aqueles que edificam e os destinatários das lembranças que veiculam o monumento, o tornam uma defesa contra o traumatismo da existência, um dispositivo de segurança.” O monumento, conforme apontou Choay, dependendo do caso, recusa as inscrições ou as acolhe, ora com parcimônia, ora de forma bem liberal, chegando às vezes a se deixar cobrir por elas, pois, de alguma forma, elas permitem ao leitor elucidar detalhes e pormenorizar a finalidade do edifício. Entretanto, Françoise Choay destaca que, embora efetivamente o monumento deva servir à memória das gerações futuras e alertar aos presentes quanto à prestação da homenagem que se efetiva, eles funcionam denotando o poder, a grandeza, a beleza. Cabe-lhes, explicitamente, afirmarem os grandes desígnios públicos, promoverem estilos, falarem a sensibilidade estética.

A estátua de Bento Gonçalves era dirigida ao horizonte, solução que colocava o general conduzindo o conjunto arquitetônico do Parque de Exposições. Escultura e edificações se reúnem na medida em que a estátua equestre do General impõe a todos os

Estados, ali representados nos monumentais edifícios, a marcha para o devir, sugerindo a posição do Rio Grande do Sul como condutor dos destinos da nação. Assim, o caráter exemplificativo da figura em bronze de Bento Gonçalves deveria cumprir uma função mobilizadora de representar o sentido nacional da Revolução Farroupilha e o espírito nacionalista e cívico do Governo do Rio Grande do Sul. Em outros termos, a finalidade do monumento seria levar aos presentes e às gerações futuras o passado, retirar-lhe do esquecimento, tornando sua mensagem decifrável à leitura de todos, elucidando, sob as luzes do presente, as glórias do passado.

O monumento equestre de Bento Gonçalves, que avançava sobre os passantes, revelava o esmero do governo do Rio Grande do Sul em dignificar a passagem do Centenário Farroupilha, relacionando-o à “[...] prosperidade em que se encontram as indústrias no estado [...]” (O MONUMENTO..., 1935, p. 3). Assim, observa-se a intenção de conduzir uma recordação do evento histórico que articulava a afirmação do Governo do Estado a partir da caracterização da personagem como fundador do regime republicano e federativo no Brasil. O monumento tematiza, ainda, o fato de ele ter deposto as armas em um momento difícil pelo qual o Império passava, daí o caráter cívico, virtuoso e exemplar do general farroupilha, que renuncia propósitos locais em nome de uma causa nacional. Neste sentido, na demarcação do evento como ação heroica, é que a personagem se individualiza. Ademais, a personagem individualmente somente importa aos organizadores dos festejos porque é identificada com a definição das estruturas sociais que abarcam a coletividade de modo abrangente. Desta forma, os feitos heroicos de Bento Gonçalves, narrados nas páginas dos jornais e das Revistas do IHGRS e traçados na monumental estátua equestre, se destacam por definirem o destino político da nação, sendo o Governo de Flores da Cunha o vínculo articulador entre a personagem individual e a nação como termo abrangente.

Para Flores da Cunha, em carta enviada a Vargas, em setembro de 1935, o povo e o Governo haviam encontrado definitivamente um “momento de atrelamento e unidade”.¹⁷ Para ele, a estátua equestre de Bento Gonçalves dirigia-se ao “povo” enviando-lhe uma mensagem de “[...] vibratilidade, cooptando a população inteira para a alegria geral e o brilhantismo da magna comemoração [...]” (FLORES, 1935, p. 3).

A maquinaria do espetáculo teria seu auge com a visita do “chefe da nação”, Getúlio Vargas, o momento-chave para recuperar os “laços políticos” do Governo do Rio Grande do Sul com o Governo Federal. Segundo Flores, a visita de Vargas e sua efetiva participação nos festejos do Centenário, era uma “excelente ocasião para demonstrar os avanços promovidos pelas forças productoras e conduzidos pelo Governo Estadual.” A “intensa expectativa popular” quanto à chegada do Presidente, como afirmava Flores, devia-se ao

fato de que ele poderia “[...] perceber os esforços empreendidos para a execução da solenidade e ao mesmo tempo verificaria a síntese da Nação reunida no Parque de Exposições (AS SOLENIDADES..., 1935, p. 3). Às vésperas da inauguração dos festejos farroupilhas, dois aviões pousaram em Porto Alegre, trazendo Getúlio Vargas e sua comitiva. O presidente veio acompanhado de ministros de diversas pastas, como Souza Costa, Ministro da Fazenda.

A entrada triunfante do chefe da nação nos pavilhões da várzea da Redenção e o seu aguardado discurso, segundo o editorial do jornal *A Federação*, provocavam expectativas e “entusiasmada ansiedade”. Segundo o mesmo periódico, Vargas era o “descendente ilustre” dos ancestrais farroupilhas, de tal forma que não “poderia encontrar-se num posto mais condigno”, senão o de Presidente da Nação. O jornal identificava Vargas como uma “genuína expressão republicana”, que consagraria definitivamente a memória dos heróis que “[...] sonharam, dentro do mais empolgante lance de bravura, com a República do Piratini” (EDITORIA..., 1935, p. 1). Segundo Michel Pollak, o evento comemorativo e, neste caso, a monumentalização de Bento Gonçalves, serviriam como pontos de referência e indicadores empíricos da memória coletiva, uma memória estruturada com suas “[...] hierarquias e classificações, uma memória também que, ao definir o que é comum a um grupo e o que o diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras sócio-culturais.” (POLLAK, 1989, p. 3).

Tomava-se do passado a referência para as comemorações, no entanto, era conjugada uma série de mecanismos que iam desde as palestras às torres metálicas, construídas como portal das exposições, às linhas retas dos edifícios que abrigavam as exposições, à potente iluminação, exaltando as “[...] magnificências do Governo de Flores da Cunha em comunhão com o Governo Federal” (AS EXPOSIÇÕES..., 1935, p. 3). Esta orquestra de símbolos implicava um outro funcionamento na cidade, que ia desde os transportes até a estada dos milhares que frequentaram a capital no período. Afinal, era o maior evento já realizado no Estado e que, certamente, interrompia o tempo do trabalho e do cotidiano, tentando reunir aqueles que para lá se dirigiam, em uma comunidade em festa. Dias antes da abertura dos portões, chegavam à cidade trens abarrotados de passageiros, além dos vapores que ancoravam no porto trazendo outros milhares de visitantes. A comissão organizadora do evento, muito antes dos portões serem abertos para a inauguração da exposição, solicitou a todos os proprietários de hotéis e alojamentos informações sobre o número de pessoas que poderiam receber. Tais informações seriam “[...] necessárias para prover a hospedagem de numerosas pessoas que visitarão Porto Alegre durante o período da Exposição Farroupilha.” A restrição na rede hoteleira da cidade obrigava a prefeitura a oferecer isenção tributária “[...] para todos aqueles que desejassem

ampliar suas instalações por meio de anexos ou qualquer outra forma [...],¹⁸ sob o risco de não conseguir abrigar todos os visitantes na cidade.¹⁹

A festa se esparramava por toda cidade, não somente nos arredores do parque de exposições ou nas ruas centrais. Se estendia nos cafés, nas lojas, nos logradouros mais afastados, nas pensões repletíssimas de toda a sorte de forasteiros, nas ruas mais soturnas. O evento, na contagem da prefeitura de Porto Alegre, até as vésperas da abertura dos portões, trouxe cerca de cento e cinquenta mil visitantes vindos de vários pontos do Estado e de outros países da fronteira.

O intenso frio de setembro parece não ter impedido a frequência às cerimônias. Dentro da programação oficial, os dias que antecederam a inauguração das exposições nos Pavilhões foram solenemente marcados por uma série de eventos que atendiam a necessidade de visibilizar a festa, instaurando um tempo ritualizado. Na Ponte da Azenha, local onde se deu, segundo o editor do jornal *Correio do Povo*, o primeiro combate entre Farrapos e forças Legalistas, foi realizado o içamento da bandeira do Rio Grande do Sul, cuidadosamente confeccionada pelo Colégio de Freiras 13 de Maio. Na ocasião, compareceram Darcy Azambuja, Secretário do Interior, Pereira Neto, Secretário de Obras Públicas, Othelo Rosa, Secretário de Educação e Saúde Pública além do prefeito Municipal Alberto Bins (A INAUGURAÇÃO..., 1935, p. 2).

Foi confiado a Othelo Rosa, Secretário de Educação e Saúde Pública do Estado, o pronunciamento inaugural das solenidades. No pórtico monumental encontravam-se o Comissário Geral da Exposição, Mário Oliveira, os chefes dos departamentos do comissariado, os governadores da Bahia e São Paulo, Flores da Cunha, Ministros de Estado, alas de colegiais, e como não poderiam faltar, o povo e o chefe da nação. No discurso do intelectual, para “[...] relembrar devotamente os tempos heróicos do Rio Grande [...]”, era necessário falar às gerações presentes sobre o valor dos “heróis adormecidos”, “símbolos invioláveis de um destino”. Norteado por uma temporalidade voltada para o passado, o intelectual compunha uma narrativa prestando ao presente a “grandeza cívica” de lembrar o que na “aparência se haviam deslembrado” (ROSA, 1935, p. 4).

A história narrada pelo orador unia passado, presente e futuro. A par disso, Othelo Rosa confere um esquema temporal em que sublima a importância da ação presente, atribuindo-lhe a plenitude cívica do passado. “Ensopado de sangue em defesa da integridade e da honra da pátria comum [...]”, o Rio Grande do Sul, para Rosa, conjugava, naquele instante, o passado e as realizações do presente. Não há comedimentos na exaltação do passado. Invocando imagens de um povo guerreiro, campeador, e principalmente nacionalista, o discurso de Othelo Rosa revela a intenção de localizar o

passado do Rio Grande do Sul, “[...] límpido de manchas pelo julgamento incorruptível da história e do tempo” (ROSA, 1935, p. 5).

Para arrancar das cinzas as figuras do passado, o autor procurava justificar e recriar o clima da época em que os “paladinos da liberdade” lutaram. No relato de Othelo Rosa é visível que a história é concebida como um conhecimento fértil de lições, entre as quais se procuravam sentidos de legitimação das ações do presente. O refazer da memória farroupilha legitimava o poder vigente, expressando e instaurando um passado capaz de abrir um futuro pleno de realizações. A versatilidade nas letras, o rigor do discurso, demonstra a estratégia do intelectual ao representar a Revolução Farroupilha como uma “[...] luta do liberalismo e do nacionalismo que agitou e consagrou o Brasil nos vinte anos que se seguiram à independência [...]” Ao vincular a guerra dos farrapos à Revolução Pernambucana, por exemplo, buscava-se a ideia “de evolução na história brasileira” (ROSA, 1935, p. 5). A preocupação em valorizar o passado do Rio Grande do Sul, sob a ótica nacionalista, era o principal investimento do discurso de Othelo Rosa:

República e Federação foram os ideais dos farroupilhas. O gaúcho se fizera republicano porque atribuía ao império a influencia lusitana que tanto o magoava e as desilusões que o amarguravam, depois do 7 de abril. E fizera-se federativo no episodio regional, atribuindo o abandono da província, submetido a um regime tributário iníquo, a monarquia. República – Federação, eis o binômio. República dentro do Brasil e para o Brasil. Federação com o Brasil; autonomia para o Rio Grande e para as demais províncias brasileiras. A tese do separatismo, da desagregação do Rio Grande do complexo nacional, nem me detenho nela, pois que não resistiu a análise honesta e rigorosa dos fatos históricos e esta hoje de todo destruída e desmoralizada. (ROSA, 1935, p. 5).

5. Flores da Cunha e Getúlio Vargas: uma disputa pelo passado

Após a fala inaugural de Rosa, discursou Flores da Cunha. Para ele, a celebração do centenário “religaria” o “torrão gaúcho com a família brasileira”. Segundo Flores, teria sido nas guerras em defesa da pátria, que soldados do norte e do centro vinham “pelejar contra o invasor”. A metáfora da pátria construída em comunhão, una e indivisível, tornava o Rio Grande do Sul, segundo essa interpretação, protagonista do enredo histórico nacionalista. A evocação épica na oração de Flores da Cunha interpretava a Revolução Farroupilha como marco primordial, inspirado nas “[...] ideias libertárias da Revolução Francesa [...]”, da República de 1889 e do regime federativo instaurado em 1891.²⁰

A República, proclamada em 1889, segundo Flores da Cunha, veio “[...]concretizar definitivamente o sonho Farroupilha.” Com o novo regime, abrir-se-ia um tempo de progresso e prosperidade. O Império acusado de atrasado e responsável de relegar a província ao esquecimento, “[...] sem viação, sem ensino, com uma justiça precaríssima, sugada pelos impostos de exportação [...]”, havia chegado ao fim. O desenvolvimento, antes moroso, iria se distender num impulso febril. A República de 1889 seria uma continuação da República Farroupilha:

As novas instituições estabelecem em verdade o aparelhamento administrativo que outrora parecia rarefeito e descontinuo, tirante a sucção fiscal, a entrosagem estatal destinada a compassar os ritmos díspares do corpo coletivo. Os caminhos de ferro se espalham pelo território quadrangular e as rodovias vão traçando com os anos a sua rede intrincada e constante. A colonização estipendiada é substituída pela espontânea. As terras devolutas, dilapidadas no regime monárquico são determinadas com exatidão enquanto se legalizam aos milhares as posses dos ocupantes de boa fé. Os institutos de credito se multiplicam e os capitais estrangeiros afluem. Os instrumentos da lavoura, elevando o teor e quantidade da produção se substituem à rotina agrária. Reprodutores da raça e aparelhagem técnica invadem as estâncias eliminando muitos aspectos da barbárie pastoril. Abra-se a barra do rio grande que durante 150 anos embarcara o nosso intercambio e se construiu em portos. Na paz continental. Liga-nos agora aos países vizinhos uma amizade sincera e inquebrantável.²¹

A República, segundo Flores, havia empreendido mudanças nas instituições, na economia, na produção, entretanto, o que persistia do passado no presente, ainda que em novos moldes sociais, era a “[...] labuta material, o denodo rijo, o desprendimento corajoso.” Tais virtudes, aclamadas pelo Governador, permaneciam na alma, e poderiam, em momentos graves em que “[...] as reclamam os interesses superiores da pátria [...]”, se inflamarem novamente (CUNHA, 1935, p. 6).

A insistência em associar ideais federativos à Revolução Farroupilha, associada à autonomia econômica e administrativa da província, repousava na intenção de reforçar a Constituição de 1934 e ampliar a autonomia governativa do Governo Estadual. Enquanto Flores da Cunha anunciava em seu discurso a importância da “liberdade de governo” dentro do sistema Republicano e Federativo, para Vargas a atuação das “instituições monárquicas centralistas” evitou o desmembramento da nação, sob o perigo do caudilhismo. Em clara mensagem ao Governo de Flores, Vargas afirmava que o fortalecimento do poder central, “encarnado no império”, foi o fator decisivo para assegurar a unidade nacional. Para ele, a questão da superação das divergências regionais, que é tratada em seu discurso, enquanto

um imperativo de unidade nacional, à parte o interesse oligárquico que a envolve, no fundo, se presta ao fortalecimento de um núcleo centralizado de poder, ponto irradiador de sentimentos ligados prioritariamente ao civismo, à ordem pública, ao respeito à lei e à preservação da integridade territorial. Daí a ênfase no discurso de Vargas em envolver a Revolução Farroupilha em um invólucro capaz de lhe assegurar a nacionalidade e a noção de unidade federativa, protegendo-a da “pecha infame do separatismo”.²² Sabendo do alcance do seu discurso no plano nacional, a estratégia encontrada pelo chefe da nação, diante das “calúnias” separatistas da Revolução Farroupilha, foi de rever os “rancores” e limpar “ [...] de falsidades os conceitos que alguns falsos reveladores da verdade histórica [...]” afirmavam sobre o movimento de 1835:

Pode-se afirmar que a segregação apareceu-lhes sempre como uma impossibilidade. Em todos os momentos, em manifestos, em cartas, em proclamações, nas horas de maior efusão gloriosa e de mais acentuado desalento, os chefes responsáveis, os grandes e pequenos legionários de tão formidável tenacidade guerreira, exprimiam o desejo e demonstraram a preocupação de manter o Rio Grande unido ao Brasil. Aos olhos dos homens que fundaram o império e lhe defendiam a estabilidade, todas as arremetidas contra o regime monárquico tinham de ser consideradas impatriotas, criminosas, ameaçadoras da integridade nacional. Através desse clima, os panegeristas do regime viram e descreveram a Revolução Farroupilha e todos os movimentos profundamente nacionalistas que abalaram o país nos albores da independência. E é por isso que eles aparecem, às vezes, tão apagados e denegridos com a pecha infame do separatismo.²³

Um conjunto de fatores elencados por Vargas teria provocado o rompimento com o governo da corte. Primeiramente, segundo Vargas, as questões econômicas, atribuídas ao peso de tributos que não retornavam para a província para atender às necessidades locais. Fatores externos, como a “Revolução do Equador”, e nacionais, como a crise financeira do Império, teriam “[...] aquecido o ambiente favorável para provocar a explosão das paixões [...]” farroupilhas. O que importava para Vargas era atribuir um caráter nacional à Revolução Farroupilha, assim como todos os outros “movimentos profundamente nacionalistas”. No fundo, a ideia que ascende é uma severa crítica aos regionalismos, aqui vistos como empecilhos à coesão nacional. O regionalismo, para esta análise, constituía-se como uma imagem insuportável da pátria partida e um entrave à construção de uma nação una e consciente enquanto tal. A contrapartida da negação regional, daí certa nacionalização dos movimentos republicanos e regionalistas do século XIX, é a afirmação da integridade do corpo pátrio, que se manteve uno e indiviso. O regionalismo, por sua vez, seria um mal que

trazia à baila a ameaça da desintegração, da organicidade nacional, da unidade cívica, da coletividade. Ademais, o regionalismo, para Vargas, seria o entrechoque dos interesses nacionais e facciosos, institucionalmente representados nas oligarquias. O “caciquismo” seria o charco lodoso onde chafurdavam as veleidades pessoais, enoveladas na “crise do antigo regime” liberal, que “[...] arrastava a sociedade à instabilidade e à conseqüente desorganização das forças produtivas.” (VARGAS, 1935, p. 3).

Vargas evocava a força de um momento pretérito em que, segundo ele, havia elementos capazes de justificar os caminhos percorridos no passado mais próximo. Sua narrativa sobre a Revolução Farroupilha apresentava a Pátria constituída pela “força da condução centralizadora”. Para ele, à memória “gloriosa” dos farroupilhas, “[...] exprimindo profunda fé nos altos destinos [...]” da Nação, representava a finalidade em que Governo deveria envidar. O orador apresentava uma colagem de vários momentos, como um fluxo contínuo de passagens que deveriam ser mantidas na memória. Textualmente, o chefe da nação afirmava que as condições presentes eram derivadas daquela realidade passada. Constata uma linearidade épica e harmoniosa, marcada pelo triunfo da Revolução Farroupilha e sua fiel herdeira, a Revolução de 30:

Atravessávamos período que, sob muitos aspectos, repetia a situação política de 1835. O regime se abastardara, desfigurado pelos corrilhos partidários e amolecido no seio das oligarquias imperantes. O caciquismo instalado no poder distribuía os benefícios públicos seguindo a lista das preferências domésticas. Em crise a economia da nação, em crise a estrutura do regime, desesperava-se e ao mesmo tempo, anelava-se por uma reação saneadora. Desprezando o comodismo das situações criadas, saltando sobre todas as conveniências de ocasião, o povo rio-grandense ergueu-se de novo, como um só homem, para combater pela boa causa – pela causa que transformou o Brasil de norte a sul num campo de insurreição reivindicatória, tão espontânea e empolgante, que ficará sendo o primeiro movimento em que a nação pode sentir-se a si mesma, em toda a plenitude da sua vitalidade cívica, moça e impetuosa. (VARGAS, 1935, p. 6).

A narrativa de Vargas encetava a comparação dos movimentos revolucionários, associando-os numa ideia de linhagem e de descendência da “heroica estirpe farroupilha”. Vesentini observa que Vargas operava mecanismos capazes de afirmarem a “Revolução de 30” como um “marco” vencedor contra o sistema oligárquico. Contra este sistema, “[...]erige em administração, instaura como poder legítimo [...]” e assume-se “[...]claramente como expressão da consciência cívica de todo o povo, resultado da unidade e da vontade geral.” (VESENTINI, 1997, p. 133).

Esta mesma proposição podemos identificar no discurso de Vargas por ocasião das comemorações do Centenário Farroupilha. Vargas apresentava a “Revolução de 30” como um “espetáculo memorável”, em que o Rio Grande do Sul “declara-se de pé pelo Brasil.” Um “só homem”, reunindo a “vitalidade cívica”, deveria afastar os “corrilhos partidários” da administração do país, e guiar os “altos destinos da nossa pátria”. A “Revolução de 30”, como aponta Vesentini, torna-se uma realização coletiva que instaura a “[...]ideia como fato, que constitui a memória do vencedor e a ideia imprescindível para o efetivo controle do poder político.” (VESENTINI, 1997, p. 137). Com este objetivo, Getúlio Vargas, nos discursos realizados nas festividades do Centenário Farroupilha, em Porto Alegre, localiza e situa 1930, não somente como uma aspiração e empreendimento coletivo, “espontâneo e empolgante”, mas também como uma “reação saneadora” de um regime “amolecido”.²⁴ A administração de Vargas se colocava, dessa forma, como austera, autônoma e que mantinha a estabilidade. Tais características seriam condições necessárias para o progresso material da sociedade e que derivariam da excelência moral do chefe da nação. Para Vargas, qualquer forma de contestação da administração federal seria uma ameaça de retorno ao corrompido sistema oligárquico que “foi marca característica da República Velha”, um tempo que teria se esgotado na sua própria decadência inexorável.

Não se trata de retomar a “Revolução de 30”, mas reafirmá-la como um projeto nacional, “onde a nação pôde sentir-se a si mesma”. Para Vargas, a “Revolução de 30” objetivou a consecução da “insurreição reivindicatória” de 1835, identificando esta como expressão legítima da nacionalidade. Novamente os perigos internos do “caudilhismo” e as ameaças de dominação externa asfixiavam “[...]todas as possibilidades de expansão de desenvolvimento do progresso.” A obra de 1930 visava, então, avançar “[...]anelada a uma população numerosa física e intelectualmente forte [...]”, ao devir próspero da nação (VARGAS, 1935, p. 5).

Vargas ressuscita os heróis do passado, representando-os engalanados de “honra e altivez”. Em outro texto não publicado nos jornais do Rio Grande do Sul, Vargas dizia não ser necessário “justificar” sua presença no ato inaugural das festividades comemorativas do primeiro centenário da Revolução Farroupilha. Na “qualidade de rio-grandense” e “sempre identificado com os sentimentos e as tradições da terra” onde nasceu, o presidente reafirmava a “[...]significação nitidamente brasileira do memorável acontecimento.”²⁵ Para Vargas, no passado houve um tempo em que se duvidava do “caráter e objetivos da revolução de 30.” Tal consideração foi transposta, segundo ele, em virtude de um “[...] processo feito pelos historiadores e a prova da documentação trazida a público [...]” que afastou qualquer acusação de “desagregação da Pátria”. Desde que não fosse de “má fé”, não seria possível aventar tal hipótese, pois os “homens da década farroupilha” combateram

pela “integridade da nação”. Com o objetivo evidente em maximizar a “[...]Revolução Farroupilha como um movimento nacionalista [...]”, Getúlio Vargas engendrava, em seu ensaio, a tese da “conquista e manutenção do território”. Para Vargas:

O Rio Grande do Sul fora por muito tempo de lutas renhidas para manter intacta a posse do extremo sul do nosso território e alargar-lhe as fronteiras. Por isso era considerado apenas como um campo de batalha hoje um acampamento para o choque das guerras platinas resultantes das lutas de conquista das colônias herdadas pelo Império.²⁶

Assim, para Vargas, o rio-grandense desenvolveu “[...] a sua atividade pastoril num meio permanentemente aquecido pelas guerras, educou prematuramente a sua mentalidade dentro de uma noção larga e democrática.”. Dessa feita, o autor compõe o tema, o ambiente e as personagens, preconizando os “[...] antecedentes, as causas preparadoras, as condições políticas do movimento farroupilha.” Para Getúlio Vargas, o “[...] primeiro problema que se planteou para as novas instituições [...]” advindas com a independência e a instituição da monarquia, “[...] foi o de amoldar as tendências nitidamente descentralizadoras da nação emancipada.”²⁷

A “crise do sistema” foi, nesse sentido, “refletida no extremo sul” que aproveitando a propaganda federalista, “[...]desdobrou-se intensamente no descontentamento resultantes do abandono em que se achavam os interesses e a administração da província.” Vargas afirmava que o movimento era o resultado da “[...]desesperança, no regime e o desejo de modificá-lo não só para o Rio Grande como para todo o Brasil.” Getúlio Vargas dizia que o movimento, “[...]desfraldando a bandeira do federalismo, os revolucionários atendiam imediatamente ao império dos fatos políticos e, proclamando a República, apenas antecipavam a realização de um ideal generalizador.” O escopo documental, em que Vargas procurava sustentar a ideia a qual denotava o movimento como “[...]o mais heroico e um dos mais brilhantes esforços em prol da República Federativa do Brasil [...]”, perfazia desde “cartas e correspondências” em que os farroupilhas afirmavam o “[...]desejo de manter a união com as demais Províncias do Brasil [...]”, até o manifesto de 1838, assinado por Bento Gonçalves. Assim, pois, para confirmar sua tese, Vargas recorre à “farta e preciosa documentação”, pretendendo revestir seu discurso de legitimidade e confirmada veracidade. Eis com que dorida afirmação Vargas cingia a Revolução Farroupilha como “profundamente brasileira”, mas afastava, com isso, quaisquer elogios à autonomia regional e liberdade governamental de Flores.²⁸

Recebido em: 12/04/2017

Aprovado em: 13/10/2017

NOTAS

¹ Carta de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 12-08-1935.

² Para Paulo Knauss, os emblemas que conferem sentidos à cidade podem organizar e caracterizar os diversos espaços urbanos, demarcando-os simbolicamente. Segundo o autor, os emblemas escultóricos urbanos permitem elaborar uma análise da instituição do poder simbólico nas cidades, que se constituem como uma espécie de narrativa histórica do tempo daqueles que os edificaram. “Ao elaborar uma relação simbólica entre Estado e Sociedade, os movimentos de promoção da imaginária urbana no Brasil contribuíram para constituir uma memória social, que estava a serviço da legitimação dos grupos políticos controladores dos aparatos de Estado, articulada a partir de princípios autoritários.” KNAUSS, Paulo. *Imagens Urbanas e poder simbólico: esculturas e monumentos públicos nas cidades do Rio de Janeiro e de Niterói*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1998, p. 17.

³ Em constantes artigos publicados nos periódicos *A Federação* e *Jornal da Manhã*, identificamos diversas chamadas que atentavam ao público leitor quanto ao aspecto urbano da cidade. Nessas notas, os editores exigiam dos moradores que pintassem e reformassem as fachadas das casas, além, é claro, do próprio embelezamento nos logradouros, prédios e mercado público. Todavia, o poder público municipal também empreendeu a construção “de novas artérias seguindo os novos planos de urbanismo com apurado gosto artístico”. Assim, a capital rio-grandense passava por uma verdadeira plástica urbana, pois, afinal, era preciso “apresentar um aspecto mais sorridente para encantar os forasteiros”, como afirmava o Prefeito Alberto Bins em artigo publicado no jornal *A Federação*. *Jornal: A Federação*, 03-07-1935. No contexto desta estratégia embelezadora, pretendia-se a inauguração, em setembro, da principal avenida construída até então na cidade, a Borges de Medeiros. Para tanto, intensificavam-se os trabalhos no campo de obras, demolindo prédios, canalizando córregos, e assentando os trilhos dos bondes.

⁴ Carta de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 12-08-1935.

⁵ *Jornal: A Federação*, 18-01-1936.

⁶ Telegrama de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 14-12-1935.

⁷ Telegrama de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 28-12-1935.

⁸ Regulamento da Exposição do Centenário Farroupilha, art. n. 3.

⁹ Conforme a ata de inauguração do monumento, a comissão responsável era presidida pelos sócios do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Othello Rosa e Walter Spalding, pelo Prefeito Municipal Major Alberto Bins, e pelos professores de arquitetura da Academia de Belas Arte do Rio de Janeiro. Ata de Inauguração do Monumento Estátua Equestre, 08-10-1934.

¹⁰ Ata da comissão responsável pelo Monumento Equestre de Bento Gonçalves, 09-1934.

¹¹ Ficha técnica do retrato de Bento Gonçalves, nº de ordem 229, nº de catálogo 1041c.

¹² Cecília Helena de Sales Ribeiro ao estudar os vínculos entre o Museu Paulista e o movimento de construção da memória da Independência e o papel pedagógico do Museu na primeira metade do século XX, afirma que a conformação da memória da independência adquiriu outras dimensões com a concretização de propostas concernentes à construção de monumentos que viessem a imortalizar a data de “*fundação da nação*” e a figura de D. Pedro I. Para Cecília Oliveira, entre as décadas de 1860 e 1880, houve uma acentuada preocupação em registrar em suportes materiais, a fim de salvar do esquecimento o evento e o personagem da Independência. OLIVEIRA, Cecília Helena de Sales. *O Museu Paulista da USP e a Memória da Independência*. Cad. Cedes, Campinas, v. 22, 2002, pp. 65-80.

¹³ O termo *escultura* está objetivamente relacionado à produção de um objeto que se refere a uma técnica ou a uma arte. Entretanto, escultura tem seu significado associado à *estátua*, que passa sempre pela ideia de fixidez e solidez, dando-lhe a configuração de um objeto concreto. Segundo Knauss, as variações são temáticas e podem se divididas enquanto *estátua equestre* (representação de personagem montado a cavalo), *pedestre* (personagem em pé), *sedestre* (personagem sentado), além da categoria de *estátua alegórica*, que diz respeito a representação por atributos simbólicos que

se identificam com uma ideia, emblema ou evoca algum evento. KNAUSS, Paulo. O Descobrimento do Brasil em escultura: Imagens do civismo. In: Revista Projeto História: Sentido da Comemoração, n. 20, São Paulo: EDUC, 2000, p. 176.

¹⁴ A relação que se estabelece entre dois acontecimentos é denominada por Paul Connerton como “*concordância mítica*”. Segundo Connerton, ao analisar as comemorações festivas que se repetiam a cada 30 de janeiro, comemorativas à tomada de poder por Hitler em 1933, estabeleciam uma sacralização do evento, transfigurando os acontecimentos passados, aos olhos dos contemporâneos. Todos os anos, as bandeiras do regime eram agitadas, não como símbolos que se reportassem a um acontecimento acabado, mas como relíquias consubstanciais desse mesmo acontecimento. Para Connerton, antes de tudo, era por meio de atos representados num lugar sagrado que a ilusão de tempo mundano era suspensa. Nesse mesmo sentido, a escolha do Parque da Redenção para a realização das comemorações ao Centenário Farroupilha não foi aleatória, pois, segundo o IHGRS, naquele mesmo lugar teriam sido travadas as primeiras batalhas entres as forças imperiais e os farroupilhas. CONNERTON, Paul. Como as sociedades recordam. Lisboa: Celta: Oeiras, 1993, p. 51.

¹⁵ Discurso de encerramento de Dario Crespo. Anais da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 16-01-1936.

¹⁶ O monumento remete a um ausente, seja um evento seja uma personagem, a um fluxo do tempo passado que a peça, por meio de suas formas, pretende rememorar, eternizar. Cristina Freire, ao estudar os significados dos monumentos na cidade de São Paulo, afirma que os monumentos são criações marcadas social e historicamente, testemunham, porém, melhor a época de sua edificação do que o período que pretendem evocar. Especificamente os monumentos públicos devem ser reconhecidos e apropriados por aqueles que os observam. FREIRE, Cristina. Além dos mapas: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo. São Paulo: SESC: Annablume, 1997, p. 95. Por sua vez, Alöis Riegl distingue monumento e monumento histórico. O primeiro, conforme o autor, é uma criação deliberada cuja destinação foi pensada *a priori*, de forma imediata, ao passo que o segundo não é em sua edificação desejado e criado como tal, ele é constituído *a posteriori* pelos olhares convergentes do historiador que o selecionam, o tornam distinto de outros. Ainda assim, segundo Riegl, todo o monumento tem necessariamente uma dimensão histórica e uma dimensão estética, pois todo o monumento de arte é simultaneamente um monumento histórico, na medida em que representa uma estágio determinado no desenvolvimento das artes plásticas. Por sua vez, todo o monumento histórico é também um monumento artístico, pois mesmo um pequeno manuscrito contém, além do valor histórico, informações quanto à fabricação do papel, à forma dos caracteres. Dessa forma, Riegl considera que se deve falar apenas em monumentos históricos. Sobre esta questão ver: RIEGL, Alöis. Le culte moderne des monuments. Paris: Seuil, 1984. p. 37. Jacques Le Goff, ao problematizar a questão do documento e monumento, define o primeiro como uma escolha interessada do historiador e o segundo como uma herança do passado. “*Monumentum*”, expressão latina que significa “*senal do passado*” seria tudo aquilo que pudesse perpetuar e evocar a recordação. O “*monumentum*” tem dois sentidos distintos, deve servir a uma obra comemorativa de arquitetura ou de escultura como um arco do triunfo, coluna, troféu, ou monumento funerário que deve ser destinado a perpetuar a recordação de uma personagem no domínio em que a memória é particularmente valorizada: a morte. Neste sentido, para Le Goff, o monumento resulta do esforço das sociedades para impor ao futuro determinada imagem de si próprias. LE GOFF, Jacques, História e Memória. 5ª ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2003, p. 535.

¹⁷ Carta de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 14-09-1935.

¹⁸ Carta de Mário de Oliveira a Ursula B. Cañete, 16-10-1934.

¹⁹ O comissariado geral incumbiu Theophanes Caminha como encarregado do “*departamento geral de alojamentos*”. Além disso, Caminha ficou também responsável por visitar todos os estabelecimentos de alojamento como pensões e casas de cômodos e familiares para “*verificar as condições de conforto e higiene que os mesmo oferecem, para depois cadastra-los no departamento de alojamentos deste comissariado da Exposição Farroupilha.*” Carta de Mário de Oliveira a Fábio de Barros, 03-06-1935.

²⁰ Segundo Carlos Vesentini, refazendo a memória, o poder e suas “*correntes*” confluem para o estabelecimento de uma percepção unitária – memória do vencedor – tomando esta o estilo de uma grande interpretação, conformadora do próprio tempo. A diferença na sua qualidade é dada pela revolução/marco, ponto comum ao qual todos se referenciarão e relacionarão diferentes percepções, respeitando, todavia, a temporalidade maior. No caso analisado, a memória a qual se pretende instaurar é a de um tempo de esperanças, ainda que de fracasso. A Revolução Farroupilha teria

fornecido subsídios para o desenvolvimento experimentado no presente, segundo Flores da Cunha. Sobre esta questão, ver: VESENTINI, Carlos Alberto. op. cit. pp. 136-137.

²¹ Diário Oficial do Rio Grande do Sul, 21-09-1935.

²² Essa prerrogativa em vincular a exposição do Centenário reivindicando para a Revolução Farroupilha “*brasilidade e civismo*”, também se evidencia no artigo publicado na Revista do Globo, em 1935. Para o articulista do periódico “*a primeira vista, para o observador menos avisado, as comemorações parecem reverter-se de uma caracter regionalista não muito simpático. A um segundo exame mais cuidadoso começam a ressaltar as características brasileiras da Revolução de 1835. Esfumam-se no improvável as teorias construídas por alguns historiadores (poucos aliás) em torno do ideal separatista. A brasilidade do movimento se evidencia clara.*” Revista do Globo, Porto Alegre, n. 169, 08-09-1935. p. 17.

²³ Diário Oficial do Rio Grande do Sul, 21-09-1935.

²⁴ Jornal: Jornal da Manhã, 20-09-1935.

²⁵ Discurso pronunciado por ocasião das comemorações relativas ao 1º Centenário da Revolução Farroupilha. Texto não publicado e sem título. G. D. pi 35.09.00.

²⁶ Discurso pronunciado por ocasião das comemorações relativas ao 1º Centenário da Revolução Farroupilha. Texto não publicado e sem título. G. D. pi 35.09.00.

²⁷ Discurso pronunciado por ocasião das comemorações relativas ao 1º Centenário da Revolução Farroupilha. Texto não publicado e sem título. G. D. pi 35.09.00.

²⁸ Discurso pronunciado por ocasião das comemorações relativas ao 1º Centenário da Revolução Farroupilha. Texto não publicado e sem título. G. D. pi 35.09.00.

REFERÊNCIAS

CONNERTON, Paul. *Como as sociedades recordam*. Lisboa: Celta: Oeiras, 1993.

FREIRE, Cristina. *Além dos mapas: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo*. São Paulo: SESC: Annablume, 1997.

KNAUSS, Paulo. *Imagens Urbanas e poder simbólico: esculturas e monumentos públicos nas cidades do Rio de Janeiro e de Niterói*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1998.

_____. *O Descobrimento do Brasil em escultura: Imagens do civismo*. Revista Projeto História: Sentido da Comemoração, n. 20, São Paulo: EDUC, 2000.

LE GOFF. Jacques, *História e Memória*. 5ª ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2003.

LOWENTHAL, David. *Como conhecemos o passado*. Projeto História, n. 17, 1998.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Sales. *O Museu Paulista da USP e a Memória da Independência*. Cad. Cedes, Campinas, v. 22, 2002.

RIEGL, Alois. *Le culte moderne des monuments*. Paris: Seuil, 1984.

SOUZA, Iara Lis Carvalho. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

VESENTINI, Carlos Alberto. *A teia do fato*. São Paulo: HUCITEC, 1997.